

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E POSSIBILIDADES À GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO, MARAPANIM-PARÁ-BRASIL

Socio-environmental conflicts and possibilities for the management of Mestre Lucindo Marine Extractive Reserve, Marapanim-Pará-Brazil

Conflictos sociales y ambientales y posibilidades para la gestión de la Reserva Extractiva Marina Mestre Lucindo, Marapanim-Pará-Brasil

Márcia Cristina Santos *

Otávio do Canto **

Rodolpho Zaluth Bastos ***

* Universidade Federal do Pará – marciacsantos72900@gmail.com

** Universidade Federal do Pará - odocanto@gmail.com

*** Universidade Federal do Pará – rzp@ufpa.br

Versão online publicada em 03/02/2023 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este artigo identificou e analisou os principais conflitos socioambientais existentes na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, localizada no município de Marapanim, e propôs um conjunto de medidas com o propósito de melhorar o sistema de gestão existente. A RESEX possui apenas sete anos de criação, é administrada por um Conselho Deliberativo e ainda não possui Plano de Manejo implementado, aspectos que indicam uma gestão ainda em fase inicial. Os instrumentos metodológicos utilizados foram levantamento bibliográfico-documental; participação em reuniões do Conselho Deliberativo, no levantamento do perfil de famílias beneficiárias da RESEX, no monitoramento de pescado e em oficinas de Cartografia Participativa; realização de entrevistas e registros fotográficos. Desse modo, os principais conflitos socioambientais detectados foram: degradação dos mangues, pesca predatória, extração predatória de caranguejo, conflitos fundiários, extração de madeira em áreas de mangue e de terra firme, acúmulo de resíduos sólidos em rios e igarapés, queimadas e destinação inadequada de resíduos sólidos. Após a identificação dos principais conflitos socioambientais, foi possível pensar estratégias de ação que poderão compor o futuro Plano de Gestão da RESEX. Dentre as 12 medidas propostas, destaca-se o zoneamento da RESEX, o estabelecimento de acordos de cooperação e a criação de um grupo voltado exclusivamente para a mediação de conflitos socioambientais. Neste sentido, concluiu-se que os conflitos socioambientais verificados na RESEX estão majoritariamente ligados ao uso inadequado dos recursos naturais e que as medidas recomendadas visam o incentivo à participação social, o aprimoramento da difusão de informações e o fortalecimento das inter-relações e parcerias entre instituições que fazem parte do Conselho Deliberativo da RESEX.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Reserva Extrativista. Gestão ambiental. Território.

Abstract:

This article identified and analyzed the main socio-environmental conflicts at Mestre Lucindo Marine Extractive Reserve (RESEX), located in the municipality of Marapanim, and proposed a set of techniques with the purpose of improving the existing management system. RESEX has only seven years of creation, is managed by a Deliberative Council and still does not have an implemented management plan, aspects that indicate local management is still at an early stage. The methodological instruments used were bibliographic-documentary survey, participation in Deliberative Council meetings, surveying the profile of RESEX beneficiary families, monitoring fish and Participatory Cartography workshops; conducting interviews and photographic records. Thus, the main socio-environmental conflicts detected were: mangrove degradation, predatory fishing, predatory crab extraction, land conflicts, wood extraction in mangrove and dry land areas, accumulation of solid waste in rivers and streams, fires and inadequate disposal of solid waste. After identifying the conflicts, it was possible to think about strategies that could make up the future RESEX Management Plan. Among the 12 proposed techniques, there is the zoning of the RESEX, the establishment of cooperation agreements and the creation of a group dedicated exclusively to the mediation of conflicts. In this sense, it was concluded that the conflicts verified in RESEX are mostly linked to the inadequate use of natural resources in the region, and the recommended techniques aims to encouraging social participation, improving the dissemination of information and strengthening relationships and partnerships between institutions that are part of the Deliberative Council.

Key-words: Social and environmental conflicts. Extractive Reserve. Environmental management. Territory.

Resumen:

Este artículo identificó y analizó los principales conflictos socioambientales existentes en la Reserva Extractiva Marina Mestre Lucindo (RESEX), ubicada en el municipio de Marapanim, y propuso un conjunto de medidas para tratar mejor los conflictos ocurridos. RESEX tiene solo siete años de creación, es administrada por un Consejo Deliberante y aún no ha implementado un plan de manejo, aspectos que indican que la gestión local está en la etapa inicial. Los instrumentos metodológicos utilizados fueron levantamiento bibliográfico-documental; participación en reuniones del Consejo, relevamiento del perfil de las familias beneficiarias de RESEX, monitoreo de peces y talleres de Cartografía Participativa; realización de entrevistas y registros fotográficos. Así, los principales conflictos socioambientales detectados fueron: degradación de manglares, pesca predatoria, extracción predatoria de cangrejos, conflictos de tierras, extracción de madera en áreas de manglares y tierra firme, acumulación de residuos sólidos en ríos y arroyos, incendios y disposición inadecuada de residuos sólidos. Después de identificar los conflictos, fue posible pensar en estrategias de acción que podrían conformar el futuro Plan de Gestión de RESEX. Entre las 12 medidas propuestas, destacan la zonificación de la RESEX, el establecimiento de acuerdos de cooperación y la creación de un grupo dedicado exclusivamente a la mediación de conflictos. En este sentido, se concluyó que los conflictos verificados en RESEX están mayoritariamente vinculados al uso inadecuado de los recursos naturales y que las medidas recomendadas apuntan a incentivar la participación social, mejorar la difusión de información y fortalecer las interrelaciones y alianzas entre instituciones que integran el Consejo Deliberativo.

Mots-clés: Conflictos socioambientales. Reserva Extractiva. Gestión ambiental. Territorio.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa identificou e analisou os principais conflitos socioambientais existentes na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo e propôs um conjunto de estratégias que poderão compor o Plano de Gestão para esta Unidade de Conservação (UC). Dessa forma, assumiu-se a tarefa de apreender a complexa realidade de uma UC que integra as chamadas “amazônias”, como propõe Canto (2012).

Assim sendo, a Amazônia costeira, objeto deste artigo, possui as águas de drenagem derivadas dos rios, igarapés e do Oceano Atlântico, influenciando fortemente a organização do modo de vida (MARX; ENGELS, 1982) das populações locais. Aqui, na chamada zona costeira do Estado do Pará, o extrativismo de recursos pesqueiros, sobretudo mariscos e a pesca artesanal, são consideradas as atividades mais representativas da área de estudo.

As reflexões tornaram-se ainda mais desafiadoras ao considerar todas as singularidades existentes na região. Dentre elas, uma das mais proeminentes é o fato de que o lócus da pesquisa está em uma das maiores faixas de manguezais do planeta, inclusive sendo esse o ecossistema mais abundante na RESEX.

Outro aspecto que mereceu ser considerado nas análises foi a multiplicidade de sujeitos sociais presentes, principalmente no âmbito do Conselho Gestor da RESEX, que opera com base no princípio da gestão compartilhada. Muitas vezes, as distintas formas de relações estabelecidas entre esses sujeitos e o ambiente podem dar origem a conflitos socioambientais, ou também acentuar os já existentes, conforme aponta Acselrad (2004).

Todavia, vale salientar que a perspectiva teórica empregada neste artigo parte do entendimento de que os conflitos socioambientais não são necessariamente algo negativo, uma vez que esses conflitos, ao gerar crises, estimulam a busca por mudanças de qualidades. Além disso, os conflitos fazem parte da existência dos territórios, os quais se expressam como algo em constante movimento e impulsionados pelos diferentes interesses sociais. Os conflitos socioambientais, portanto, fazem parte da construção democrática dos territórios das diferentes populações (CANTO, 2012; 2016).

Por fim, é importante mencionar que este artigo apresenta uma parte dos resultados alcançados pelos estudos que compõem a dissertação de mestrado intitulada “Conflitos socioambientais, desafios e possibilidades da gestão compartilhada: o caso da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, Marapanim-PA” (SANTOS, 2020a), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (PPGEDAM/NUMA/UFGPA).

O PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, dentre as UCs de uso sustentável têm-se as RESEXs, que são caracterizadas por áreas que abrigam populações extrativistas que utilizam conhecimentos tradicionais, na tentativa de conciliar a manutenção dos modos de vida destas populações e a proteção do ambiente. No caso da área de estudo, é necessário mencionar que o uso de conhecimentos tradicionais não é aplicável à totalidade dos seus habitantes.

De acordo com o Cadastro Nacional de UCs (CNUC, 2021), o Pará abriga 23 RESEXs, das quais 12 são Marinhas. Juntas, todas as RESEXs Marinhas compreendem uma área de 367.029 hectares, e desse total, 7,21% corresponde à RESEX Marinha Mestre Lucindo. Mesmo com a criação destas RESEXs, com vistas a proteger o ambiente e os recursos naturais locais, estas áreas ainda estão sob ameaça, e uma das razões disso diz respeito à “gestão assimétrica do território e pela falta de um sistema de gestão territorial eficaz”, conforme apontam Canto et al (2018).

Com isso, é possível estabelecer a seguinte correlação: já que a reprodução do modo de vida extrativista está estreitamente ligada ao uso dos recursos naturais, ao colocar em risco a disponibilidade de um dado recurso, conseqüentemente, a manutenção deste modo de vida também fica prejudicada.

Destaca-se ainda que este artigo se propôs a responder a seguinte questão: Como tornar a gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo mais sustentável, considerando os conflitos socioambientais existentes?

ABORDAGEM TEÓRICA

Tendo em vista que este artigo traz como eixo de discussão os conflitos socioambientais e o território, fez-se necessário elucidar estes conceitos, ainda que de modo sucinto, já que são concepções que perpassam as mais variadas áreas. A respeito dos conflitos socioambientais, Little (2001; 2002) os interpreta como embates estabelecidos entre grupos sociais que mantêm diferentes relações com o território, de modo que estas relações podem se sobrepor, e assim gerar ou intensificar tais conflitos.

E ainda, a perspectiva utilizada neste artigo admite os conflitos de acordo com Simmel (1983), compreendendo-os como “sociação” ou socialização, o que significa ser um aspecto integrante da vida em sociedade. Desta forma, a resolução dos conflitos já não entra em pauta, mas dá lugar à mediação, a partir do desenvolvimento de “mecanismos de oportunidades para o acesso democrático aos recursos e aos seus benefícios” (CANTO, 2016).

Logo, os conflitos socioambientais existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo foram tratados como elementos produtores de novas oportunidades, novos meios de análise, e, portanto, novas possibilidades ao desenvolvimento

local. E o enfoque de investigação tratou não mais de eliminá-los, e sim mediá-los.

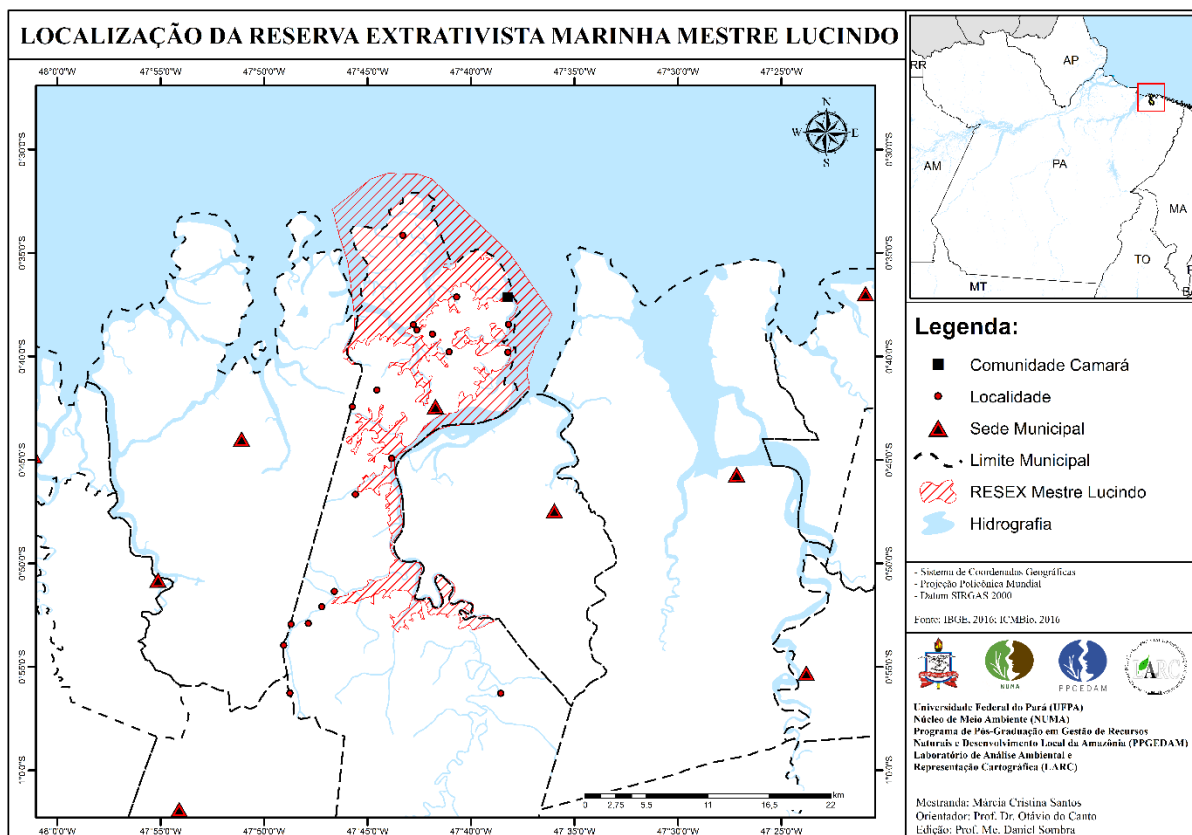
E ainda, a outra categoria de debate nesta pesquisa foi o território. Santos (2007) apresenta o território como lugar de reprodução de práticas essenciais à existência, sendo “o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. A partir disso, foi possível equiparar o território como sendo o resultado da totalidade de práticas socialmente produzidas.

Além disso, Santos (2005) afirma também que o território trata-se de um elemento sob contínua metamorfose, o que fornece subsídios para compreender que o território da RESEX pode se transpor aos seus limites espaciais, já que este é representado pelas mais distintas relações entre o meio e todos aqueles que fazem uso desse espaço para reproduzir seus modos de vida. E aqui é importante observar que essas relações trazem consigo a interdependência em relação às demais, já que um determinado comportamento de um grupo social é capaz de afetar o comportamento de outro grupo.

O LÓCUS DE PESQUISA: A RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO

A RESEX Marinha Mestre Lucindo está localizada no município de Marapanim, ao nordeste do Estado do Pará e possui 32 comunidades divididas em oito polos. Com base em seus ambientes, a população local reconhece a sua subdivisão em duas zonas, ou seja, aquela onde predomina o ambiente de água salgada e aquela onde predomina o ambiente de água doce. Na primeira zona, a atividade que mais se destaca é a pesca artesanal e a coleta de mariscos; enquanto na segunda é a agricultura familiar que ocupa a centralidade das atividades econômicas. O mapa 1 a seguir ilustra a localização da RESEX.

Mapa 1 – Localização da RESEX Marinha Mestre Lucindo



Fonte: Laboratório de Representações Cartográficas do Núcleo de Meio Ambiente (LARC/NUMA), 2019.

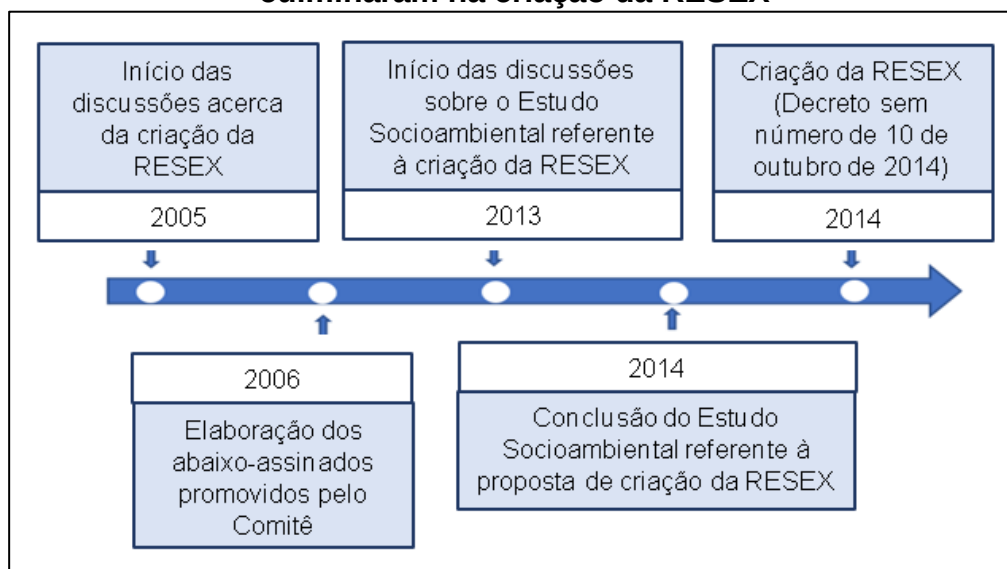
A criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo foi resultado de aproximadamente nove anos de luta, por uma demanda social. Um dos documentos que apresentam esse histórico é o Estudo Socioambiental referente à proposta de criação desta Unidade de Conservação, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2014).

Em 2005, Luiz Guttemberg (*in memoriam*) liderava o Comitê de Lideranças dos Povos Pesqueiros de Marapanim, e neste período começaram as discussões sobre a possível criação de uma RESEX no município. A princípio, um dos grandes motivos da demanda pela criação da RESEX foi um tanto equivocado, sendo resumido pela possibilidade de ganhar benefícios, tais como casas e artigos de pesca, assim como aconteceu com a criação da RESEX Mãe Grande de Curuçá em 2002.

Em 2006 o mesmo Comitê elaborou vários abaixo-assinados, mas somente após sete anos, em 2013, o movimento ganhou notoriedade, resultando em uma reunião na Colônia de Pescadores, que contou com a presença de representantes do Comitê, a Secretária Municipal de Meio Ambiente, representantes do ICMBio, e outros interessados. Nesta oportunidade, ficou firmado o compromisso do ICMBio em elaborar um estudo socioambiental relativo à possibilidade de criação da RESEX. O estudo foi concluído em 2014 e

teve como resultado a criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo, no mesmo ano. O esquema 1 a seguir demonstra a sequência de fatos que resultaram na criação da RESEX.

Esquema 1 – Sequência cronológica de acontecimentos que culminaram na criação da RESEX

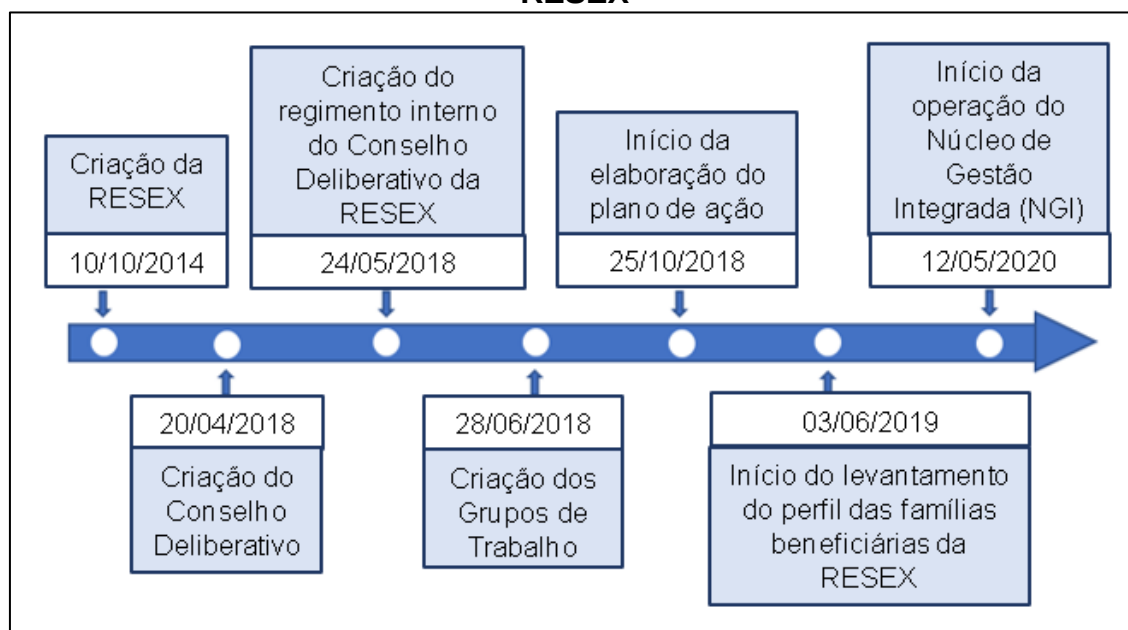


Fonte: Santos, 2020a.

Após criada, a etapa seguinte compreendeu as atividades relativas à gestão da RESEX. Passados quatro anos de sua criação, foi então instituído o Conselho Gestor da RESEX, em caráter deliberativo, por meio da Portaria nº 270/2018. No mesmo ano, foi implementado o regimento interno do Conselho; foram criados os Grupos de Trabalho, ou seja, instâncias voltadas a temas específicos; e também foi iniciada a elaboração do plano de ação da RESEX, que representa um cronograma de ações com indicativo de prazos e sujeitos sociais envolvidos.

Em 2019, houve o processo de levantamento do perfil de famílias beneficiárias da RESEX, que diz respeito ao delineamento do perfil socioeconômico das famílias que possuem o extrativismo como base da renda familiar. Por fim, em 2020 entrou em operação uma nova modalidade de gestão, sob o nome de Núcleo de Gestão Integrada (NGI), que se encontra apresentado em detalhes na seção dos resultados dessa pesquisa. O esquema 2 a seguir demonstra a sequência de fatos ligados à gestão da RESEX.

Esquema 2 – Sequência cronológica de etapas relacionadas à gestão da RESEX



Fonte: Santos, 2020a.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, foram descritas as ferramentas metodológicas e os resultados gerados, com a identificação e análise dos principais conflitos socioambientais, e a apresentação das medidas elaboradas como contribuição ao plano de gestão da RESEX.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Com vistas a atingir os objetivos da pesquisa, foram utilizados alguns instrumentos metodológicos. O primeiro deles foi o levantamento bibliográfico-documental a respeito do tema, a partir de teses, dissertações, artigos científicos, livros etc, a fim de formar a base teórica das discussões aqui dispostas.

Em seguida, foram também realizados trabalhos de campo em quatro momentos distintos. Por fim, também foram realizadas entrevistas com moradores de seis comunidades da RESEX, com indagações sobre os principais conflitos socioambientais existentes e as principais instituições procuradas para lidar com os conflitos verificados.

O primeiro momento dos trabalhos de campo foram as reuniões do Conselho Deliberativo, com a função de detectar os principais sujeitos sociais e as inter-relações firmadas entre eles, por observação direta. A fotografia 1 a seguir ilustra uma das reuniões do Conselho.

Fotografia 1 – Reunião em comemoração aos cinco anos de criação da RESEX



Fonte: GPSA-Amazônias, 2020.

O segundo momento dos trabalhos de campo foram as oficinas de Cartografia Participativa em duas comunidades pertencentes à RESEX (Itauaçu e Camará), realizadas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônia (GPSA-Amazônias). Esta cartografia, realizada pelos usuários da RESEX, com o auxílio dos pesquisadores e alunos do NUMA/UFPA, possibilitou representar o território a partir da visão dos habitantes locais. Por isso, o mapa resultante dessa cartografia reuniu elementos muito importantes, principalmente para a gestão local, como a identificação dos tipos de uso do território e os conflitos socioambientais existentes.

O passo inicial da Cartografia Participativa foi a ida da equipe de pesquisadores e alunos a campo, acompanhado de lideranças da RESEX, para estabelecer um primeiro contato com lideranças das comunidades. Neste contexto, a equipe dialogou sobre o significado e a importância da Cartografia Participativa, os processos necessários para o seu desenvolvimento e a função deste material para a gestão da área e para os moradores. Em seguida, a equipe verificou a possibilidade de realização das oficinas na comunidade, em função do entendimento e aceitação por parte das lideranças. Assim, após a manifestação favorável, foram definidas as datas e local para a realização da primeira oficina, ficando sob responsabilidade das lideranças locais a mobilização da comunidade. No dia marcado, a equipe retornou às comunidades e explicou para os moradores sobre a Cartografia Participativa, sua importância, utilidade e cada passo para a sua realização. Neste dia, a equipe levou consigo cópias impressas de uma carta-imagem da comunidade, com informações da cartografia oficial, para facilitar o início dos trabalhos com os membros comunitários.

Em seguida, os pesquisadores e alunos passaram a incentivar o público a identificar os ambientes, os usos de cada área, bem como os conflitos socioambientais existentes. A princípio, a comunidade se demonstrou tímida, mas com o passar do tempo, o mapa foi ganhando ricos detalhes. Concluída a primeira oficina, a equipe voltou para o Laboratório de Representações Cartográficas do Núcleo de Meio Ambiente (LARC/NUMA) e elaborou a primeira versão do mapa da Cartografia Participativa. Estes processos aconteceram várias vezes, para que as informações contidas no mapa ficassem cada vez mais refinadas, a partir da intervenção direta da população local. Quando o mapa foi finalmente concluído, os pesquisadores o disponibilizaram em via digital e em três vias impressas, que foram entregues ao Conselho Deliberativo da RESEX, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e à comunidade. A seguir, nas fotografias 2 e 3, estão representadas algumas das oficinas realizadas em Itauaçu e Camará, respectivamente.

Fotografia 2 – Oficina de Cartografia Participativa realizada em Itauaçu.



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

Fotografia 3 – Oficina de Cartografia Participativa realizada em Camará



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

O terceiro momento dos trabalhos de campo foi a participação voluntária no processo de levantamento do perfil de famílias beneficiárias da RESEX, promovido pelo ICMBio. Este procedimento teve como base a aplicação de questionários instalados em *tablets* que foram cedidos pelo Sistema de Informações das Famílias em UCs Federais (SISFAMÍLIAS), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O objetivo deste levantamento consistiu em conhecer a fundo o modo de vida das famílias extrativistas.

Os questionários eram direcionados à coleta das seguintes informações: identificação de cada um dos membros das famílias; especificação da área de moradia e de uso; acesso à educação, saúde e demais serviços; produtividade e venda dos itens adquiridos pelo extrativismo; práticas de conservação e uso da terra; renda; e organização social, aspectos ambientais e relação com a gestão da UC.

Esta experiência permitiu conhecer mais detalhadamente o modo de vida local e a ótica dos habitantes a respeito dos conflitos socioambientais existentes. A seguir, a fotografia 4 apresenta a realização de um questionário com uma família residente em uma das comunidades que fazem parte da RESEX.

Fotografia 4 – Aplicação de um questionário com uma família residente na comunidade de Guarajubal, no interior da RESEX



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

O quarto e último momento dos trabalhos de campo foi a participação voluntária nas atividades referentes ao monitoramento do pescado, também apoiado pelo ICMBio. Esta atividade visou incentivar uma maior participação social, com o princípio do monitoramento autônomo dos recursos pesqueiros pela população, já que a RESEX possui uma enorme extensão territorial, aliada à limitação dos recursos financeiros. Esta experiência proporcionou conhecer as precárias condições de trabalho dos pescadores, além de identificar conflitos socioambientais. A fotografia 5 apresenta a realização desta atividade por duas moradoras locais, identificadas com os coletes na cor verde *neon*.

Fotografia 5 - Moradoras da Vila de Camará durante ação de monitoramento de pescado, na Praia do Lembe



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EXISTENTES NA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO

Segundo apontado na seção anterior, um dos instrumentos metodológicos empregados foi a realização de entrevistas com moradores de seis comunidades da RESEX. Estas entrevistas visaram identificar os conflitos socioambientais percebidos pelos entrevistados, e as instituições mais procuradas para lidar com os conflitos detectados. Dessa maneira, os conflitos socioambientais mais apontados pelos moradores foram a destinação inadequada de resíduos sólidos em leitos de corpos hídricos e manguezais (38,88%); queimadas para fazer roças ou mesmo para facilitar a ocupação de áreas (27,77%); acidentes e danos causados por lanchas de alta velocidade, que realizam o transporte de práticos até os navios (movimento que é conhecido localmente como praticagem) na costa oceânica (13,04%) e pesca predatória, isto é, a superexploração de recursos pesqueiros (16,66%).

O próximo questionamento levantado foi a respeito das instituições procuradas para lidar com situações conflituosas. Neste caso, não houve uma especificação acerca de quais conflitos, mas sim em âmbito geral, e as instituições mais citadas foram: IBAMA (38,88%); SEMMA (33,33%); Prefeitura (22,22%); e ICMBio (16,67%). Aqui notou-se que nenhum dos entrevistados citou alguma das instituições de ensino e nem mesmo o próprio Conselho como opção. Sobre isso, Canto et al (2020a) verificaram que a baixa interação entre as instituições é capaz de influenciar as demais inter-relações entre os sujeitos sociais envolvidos. No quadro 1 está disposta a relação de respostas dos entrevistados.

Quadro 1 - Entrevistas realizadas com moradores de seis comunidades da RESEX Marinha Mestre Lucindo

Entrevistado	Comunidade	Quais os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX?	Que órgão/instituição você procura para resolver um conflito socioambiental?
E1	Guarajubal	Queimadas	IBAMA Polícia Militar
E2	Guarajubal	Resíduos sólidos Queimadas	ICMBio
E3	Vista Alegre	Acidentes e danos causados pelas lanchas de praticagem	ICMBio
E4	Vista Alegre	Acidentes e danos causados pelas lanchas de praticagem	IBAMA
E5	Vista Alegre	Acidentes e danos causados pelas lanchas de praticagem Pesca predatória	Polícia Militar IBAMA
E6	Arapijó	Degradação dos mangues	IBAMA ICMBio
E7	Arapijó	*Não soube responder	SEMA
E8	Arapijó	Resíduos sólidos	SEMA
E9	Arapijó	Resíduos sólidos	SEMA IBAMA
E10	Crispim	Falta de conscientização dos turistas	Prefeitura
E11	Marudá	Resíduos sólidos	Colônia de Pescadores
E12	Marudá	Resíduos sólidos;	Prefeitura
E13	Marudá	Pesca predatória Resíduos sólidos Falta de conscientização dos turistas	IBAMA Prefeitura Colônia de Pescadores
E14	Marudá	Queimadas; Pesca predatória	Prefeitura
E15	Marudá	*Não soube responder	SEMMA
E16	Sol da Manhã	Queimadas	SEMMA
E17	Sol da Manhã	Queimadas	IBAMA
E18	Sol da Manhã	Resíduos sólidos	SEMA

Fonte: Santos (2020a).

Logo, por meio das observações em campo e das entrevistas realizadas, foi possível detectar os principais conflitos socioambientais que ocorrem na RESEX. Apesar da pesquisa objetivar os conflitos socioambientais, foram também identificadas outras tipologias de conflitos. Esse quadro teve como base os estudos de Canto et al (2017; 2018), em que os conflitos foram subdivididos em operacionais, isto é, aqueles ligados à gestão; os socioambientais; e de outras ordens, que estão associados a demandas externas. No quadro 2, encontram-se as tipologias detectadas e os respectivos conflitos identificados na RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Quadro 2 - Tipologias dos conflitos existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo

CONFLITOS OPERACIONAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Conflito gerado pela falta de informação
Conflito gerado pela fragilidade da logística governamental para execução de trabalhos na RESEX
Conflito gerado pela implementação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) em todas as UCs do Salgado Paraense
Conflito gerado pela multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo
Conflito gerado pela falta de delimitação física ao longo da área da RESEX
Conflito gerado pela falta de regularização fundiária
Conflito gerado pela falta de comunicação entre as comunidades da RESEX
Conflito gerado pela fragilidade da relação Universidades/RESEX
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Conflito gerado pela pesca predatória
Conflito gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos próximo de mananciais
Conflito gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos nos manguezais
Conflito gerado pela falta de saneamento básico
Conflito gerado pela extração de madeira nas áreas de manguezais, além das áreas de terra firme
Conflito gerado pelo desrespeito do período do defeso do caranguejo
Conflito gerado pela degradação antrópica dos manguezais
Conflito gerado pelas queimadas e desmatamento
Conflito gerado pelo assoreamento antrópico de rios e igarapés
Conflito gerado pelo acúmulo de resíduos sólidos em rios e igarapés
Conflito gerado pela extração predatória de caranguejo
Conflito gerado pelas práticas de turismo desordenado
CONFLITOS DE OUTRAS ORDENS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Conflito gerado pelos acidentes e danos devido a lanchas da praticagem que passam em alta velocidade

Fonte: Santos (2020a).

Por considerar que os conflitos socioambientais verificados foram autoexplicativos, optou-se por esclarecer os demais. O conflito gerado pela falta de informação ocorreu de duas maneiras: pela falta de conhecimento a respeito da própria existência da RESEX por uma parcela da população; e pela postura de desconfiança de alguns moradores locais a respeito de representantes de órgãos ambientais, vistos meramente como aplicadores de multas e penalidades.

A frágil logística para execução de trabalhos na RESEX referiu-se à dificuldade de acesso às comunidades mais afastadas do centro da cidade, devido às precárias condições das estradas.

Detectou-se também o conflito gerado pela implementação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI), uma nova tipologia de gestão do ICMBio que entrou em vigor por meio da Portaria nº 120/2020, que suprimiu o cargo de gestor da RESEX e o substituiu por uma equipe formada por sete técnicos especializados, cada um em uma das seguintes temáticas: regularização fundiária, administração, uso público, proteção, monitoramento, licenciamento e gestão socioambiental. Esta equipe está responsável por atuar em todas as sete UCs da região do Salgado Paraense.

Com isso, tornou-se possível prever alguns dos conflitos resultantes. A princípio, a dificuldade de firmar uma relação mais próxima entre a população e os técnicos do ICMBio; a dificuldade de logística, pois já que cada técnico atua em todas as sete UCs, há uma grande chance de desaceleração do ritmo de conclusão de processos, seja pelas condições das rodovias e estradas de acesso entre as UCs, seja pela possibilidade de uma mesma área temática possuir muitas demandas em mais de uma UC.

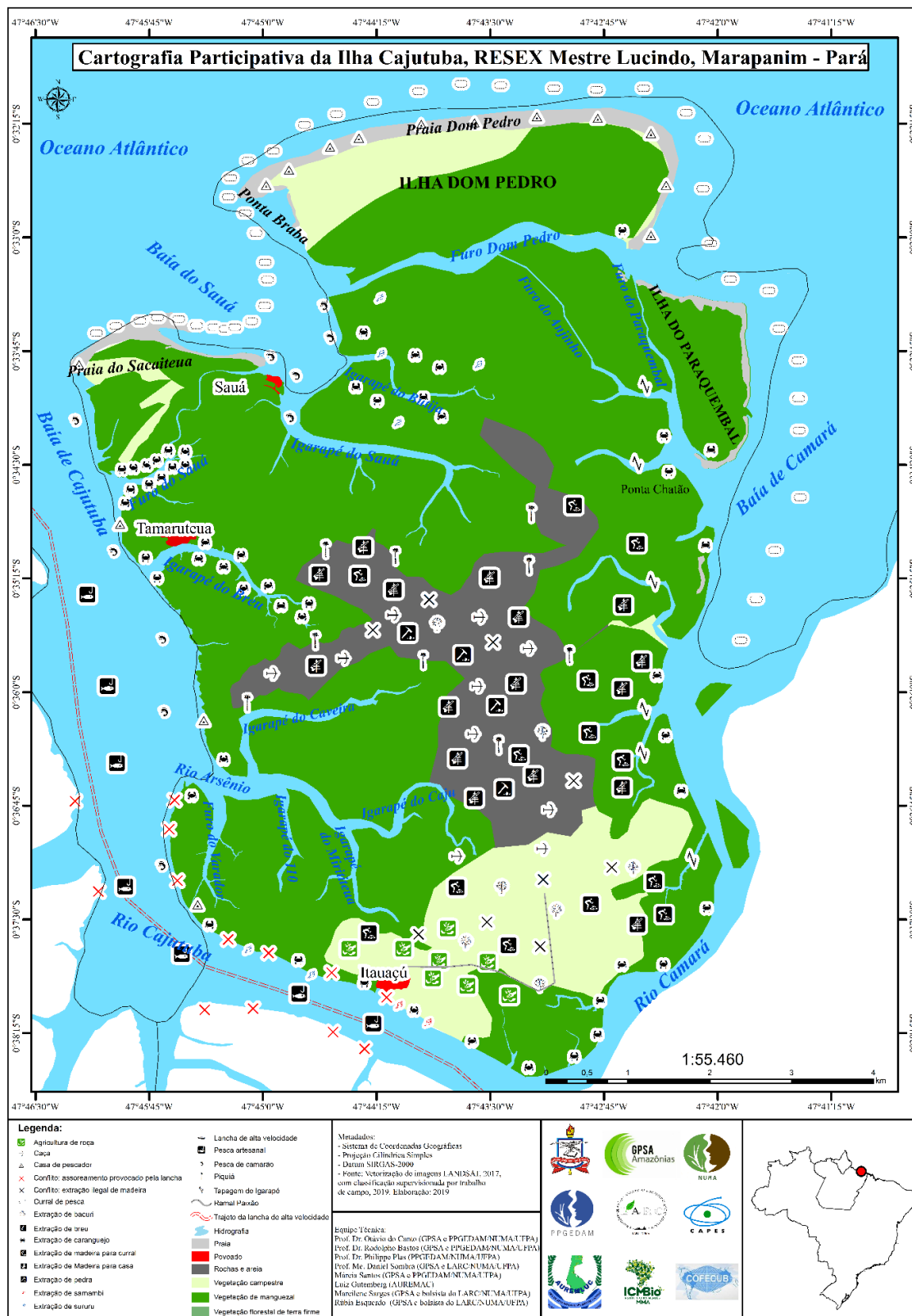
Também foi verificado o conflito gerado pela falta de regularização fundiária. Sobre isso, em um artigo de Santos et al (2020b) acerca dos conflitos socioambientais presentes na Vila de Camará, no interior da RESEX Marinha Mestre Lucindo, os autores destacam a intensidade dos conflitos fundiários no local, que inclusive já contou com ameaças de morte. E ainda, a recusa dos moradores locais em participar de conversas gravadas com os pesquisadores deixou claro o medo dos habitantes até mesmo em conversar sobre o referido assunto.

Outro conflito notado foi a falta de comunicação entre as comunidades da RESEX, devido às dimensões espaciais do local, e intensificado pela delicada situação das estradas de acesso, além do fato de que nas comunidades mais distantes do centro da cidade são escassos os pontos onde há sinal telefônico e de internet.

Também foi detectado o conflito gerado pela fragilidade da relação Universidades/RESEX, referente a quase inexistente procura por este setor, que foi expressa pelo fato de que nenhum dos entrevistados citou as universidades como alternativa de instituição para lidar com os conflitos socioambientais. Apesar disso, a participação das instituições de ensino é permitida e até estimulada, sobretudo por representantes do ICMBio, além de que as instituições também demonstraram interesse em desenvolver atividades e pesquisas na RESEX, de modo a colaborar com a gestão e o desenvolvimento local.

Por fim, outro resultado pertinente a ser mencionado é o mapa resultante da cartografia participativa na comunidade de Itauaçu, localizada na ilha Cajutuba. Este mapa evidenciou algumas das principais atividades desenvolvidas no local, como agricultura de roça, caça e pesca artesanal. Também foram apresentados diversos conflitos, dentre eles a pesca predatória, ilegal de madeira e o assoreamento provocado pelas lanchas utilizadas na praticagem. Desse modo, a seguir, tem-se o mapa 2, referente ao mapa da cartografia participativa desenvolvida na comunidade de Itauaçu.

**Mapa 2 – Cartografia participativa na comunidade de Itauaçu, na ilha de
Cajutuba**



Fonte: Sombra et al. (2021).

FORTALECENDO AS VIAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTRATÉGIAS PROPOSTAS PARA O FUTURO PLANO DE GESTÃO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO

Após identificar e analisar os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX, os autores elaboraram 12 medidas para melhor lidar com os conflitos socioambientais verificados, como proposta ao futuro Plano de Gestão da RESEX, descritas a seguir. Em setembro de 2021, todas estas proposições foram apresentadas durante um evento que ocorreu em Marapanim, que consistiu em um workshop acerca da devolutiva de pesquisas realizadas no município, e foram muito bem recebidas pelos presentes, dentre eles alguns membros do Conselho Deliberativo.

Até o momento, ainda não houve a oportunidade de apresentá-las a todos os conselheiros devido ao fato de que, com o recente falecimento de um importante líder local, as articulações dentro da RESEX precisaram passar por reestruturações. Mas em alguma das próximas reuniões do Conselho, certamente todas estas proposições serão apresentadas e discutidas. A seguir, constam as 12 propostas.

a) Curso de capacitação a respeito do Conselho Deliberativo

Após verificar que muitos membros do Conselho Gestor da RESEX não souberam explicar detalhadamente suas atribuições, recomenda-se um curso de capacitação a todos os interessados, sejam aqueles que pretendem ser conselheiros futuramente, ou aqueles que gostariam de compreender melhor este assunto. Os ministrantes do curso poderiam ser membros do ICMBio, da Universidade Federal do Pará (UFPA) ou do Instituto Federal do Pará (IFPA); e o conteúdo abordado poderia incluir o significado de um Conselho, como este deve ser formado, quais as normas que o regem e quais as atribuições dos conselheiros. Quanto a isso, Canto et al (2020b), em um estudo sobre os conflitos socioambientais e os limites da gestão compartilhada em três UCs amazônicas, afirmam que a gestão compartilhada torna-se cada vez mais aperfeiçoada à medida que os sujeitos sociais envolvidos passam a promover cada vez mais o diálogo e interesse esclarecido por meio da participação social.

b) Palestras voltadas aos problemas ambientais

Conforme detectado, o uso sustentável de recursos naturais e a participação social foram aspectos que merecem mais atenção na RESEX. Dessa maneira, sugere-se a realização de palestras acerca da relevância do uso sustentável de recursos, principalmente ao considerar que a área de estudo é uma RESEX com população predominantemente extrativista, e que possui os recursos locais como meio de reprodução e manutenção de seu modo de vida. Assim, seria possível elucidar a importância do uso responsável dos recursos, sobretudo pescado e mariscos, além de evocar um maior envolvimento da população nos processos de gestão da RESEX. Estas palestras poderiam ser ministradas por funcionários do ICMBio ou membros da UFPA ou IFPA, com periodicidade anual.

c) Incentivo à difusão de informações: o “Folhetim da RESEX”

Ao ponderar sobre as diversas comunidades que estão distantes do centro da cidade e que, conseqüentemente, obtiveram baixo índice de participação nas reuniões do Conselho e demais atividades relativas à gestão da RESEX, propõe-se a implementação de uma ferramenta de divulgação das principais informações a esse respeito por meio de folhetins e pequenos vídeos. A distribuição deste material poderia ficar sob responsabilidade da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mestre Lucindo (AUREMLUC); ICMBio; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão. Seu conteúdo poderia também ser propagado pelas rádios comunitárias, visando intensificar a difusão de informações.

d) Incentivo ao turismo de base comunitária

Os belíssimos cenários da região impulsionam o desenvolvimento do turismo, que já vem ocorrendo sem o devido planejamento. Dessa forma, sugere-se a realização de cursos sobre turismo de base comunitária, que contenham a identificação de áreas com maior potencial turístico, criação e mapeamento de trilhas ecológicas, e o planejamento financeiro de futuras instalações de turismo local. Neste sentido, se faz necessário firmar parcerias com a SEMMA e a Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR) para ministrar os cursos e fornecer orientações aos interessados. Também se faz necessário criar um meio de geração de renda com base na sustentabilidade e na valorização da cultura local. Nesses termos, é válido citar a dissertação de Bastos (2016), que discute turismo de saúde na comunidade do Sossego, em Marapanim, onde está situada a sede do Grupo de Mulheres Erva Vida. A pesquisa recomendou a implementação de um plano de negócios para associações, a fim de estimular e organizar ações de gestão, além de regularizar e incentivar a produção e venda de remédios caseiros. Logo, o Grupo de Mulheres Erva Vida também poderia ser um forte aliado na estratégia de incentivo ao turismo de base comunitária na RESEX.

e) Zoneamento da RESEX

De acordo com o que foi observado nesta pesquisa, a Cartografia Participativa é um dos meios mais democráticos de representação do território. Neste sentido, recomenda-se a reprodução de oficinas de Cartografia Participativa em todas as comunidades da RESEX, o que inclusive já foi realizado na Ilha de Cajutuba, nas comunidades de Itauaçu e Tamaruteua, no interior da RESEX, em uma iniciativa do GPSA-Amazônias, e contou com a participação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (AUREMLUC) e ICMBio. Os mapas gerados a partir desta técnica possuem a capacidade de identificar os múltiplos usos de recursos naturais e conflitos socioambientais, além dos distintos territórios e suas possibilidades. E ainda, constituem importantes ferramentas para a gestão local, auxiliando as instituições ligadas à gestão da RESEX com o fornecimento de informações reveladas a partir dos interesses locais.

f) Criação de um banco de dados sobre a RESEX

A RESEX foi e tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas, o que

resultou na geração de muitos dados e informações importantes sobre o local. Logo, sugere-se a compilação destes materiais, criando então um banco de dados capaz de auxiliar a gestão local, além de disponibilizá-lo a todos os interessados, em via digital. Esta medida poderia ficar a cargo de membros das instituições de ensino, pesquisa e extensão, como UFPA e IFPA, com atualização em regime contínuo.

g) Planejamento de reuniões

Conforme apontado nesta pesquisa, o padrão de gestão do NGI demanda uma maior proatividade por parte da população local. Sendo assim, propõe-se a predefinição de datas, locais e horários para execução de atividades relativas à gestão da RESEX. E ainda, visando atingir um maior grau de participação social, seria importante realizar reuniões em todos os polos da RESEX, com destaque para as comunidades mais distantes do centro da cidade.

h) Acordos de cooperação

Tendo em vista a tímida participação de algumas instituições que fazem parte do Conselho, recomenda-se a aplicação de acordos de cooperação, isto é, documentos que objetivam oficializar e ratificar o compromisso destes sujeitos em se fazer presentes de maneira mais expressiva quanto à gestão da RESEX. A elaboração dos acordos poderia ficar sob a responsabilidade do ICMBio, com prazo de renovação anual. Este instrumento já vem sendo aplicado na RESEX, a exemplo do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a UFPA e seis organizações de Marapanim (Instituto Muirapinima, Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Eliofer Alves da Costa, Grupo de Mulheres Erva Vida, Centro Comunitário Dr. Luís Armando de Souza Monteiro e Sociedade Civil Socioambiental e Biotecnológica). Este acordo foi firmado em 2018, e a partir dele foi criado e desenvolvido o Programa de Fitoterapia, que será integrado a projetos de Educação Ambiental, Gestão de Recursos Naturais e Turismo de Saúde de Base Comunitária em Marudá. Portanto, é vital criar novos acordos e fortalecer os já existentes.

i) Projeto de hortas comunitárias

O cultivo e uso de plantas medicinais possui um grande destaque no contexto local, e quanto a isso, a pesquisa de Lima (2018) enfatiza o Grupo de Mulheres Erva Vida, localizado na comunidade do Sossego, que comercializa remédios à base de plantas medicinais, como alternativa de renda para mulheres da região. Sendo assim, sugere-se o oferecimento de um Projeto de hortas comunitárias incluindo plantas medicinais, com assistência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) em parceria com o Grupo de Mulheres Erva Vida e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marapanim (STTR), que poderiam atuar em conjunto e assim estimular as alternativas de geração de renda para a população local.

j) Grupo de mediação de conflitos

Dada a inerência quanto à existência de conflitos, recomenda-se criar um grupo voltado para a mediação de conflitos socioambientais, formado por oito conselheiros. Para isso, seria necessário oferecer um curso de capacitação

focado em técnicas de mediação de conflitos socioambientais, a ser ministrado por representantes do ICMBio, UFPA ou IFPA. Assim, qualquer pessoa envolvida em algum conflito, ou mesmo que queira fazer uma denúncia, poderia recorrer a este grupo. Após isso, o grupo poderia convocar reuniões entre si para discutir as metodologias mais adequadas para lidar com cada situação, e em seguida socializar os resultados com todos os interessados, durante uma nova reunião.

k) Criação de uma administração local para ação imediata

Esta medida se fez altamente necessária ao ponderar sobre a ocorrência de questões que requerem resposta rápida na ausência dos agentes do ICMBio, além de fortalecer o empoderamento social quanto aos processos de gestão. Desse modo, propõe-se a formação de um grupo de cinco integrantes, majoritariamente conselheiros, com um mandato de dois anos e com possibilidade de renovação de mandato. Também seria importante que os membros desse grupo fossem capacitados a respeito dessa temática, de modo a promover um maior preparo dos membros.

l) Avaliação contínua da gestão

Por fim, a última medida sugerida é um monitoramento semestral da qualidade da gestão, por meio de uma reunião entre a população e os conselheiros. Na oportunidade, todos os presentes seriam incentivados a expressar suas percepções quanto à gestão da RESEX, apontando aspectos positivos e negativos. Na etapa seguinte, cada aspecto seria discutido, juntamente com a proposição de novas ações a fim de melhor lidar com cada um dos aspectos discutidos. Assim, a avaliação da gestão seria construída de maneira orgânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da identificação e análise dos principais conflitos socioambientais existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo, foi possível detectar que a grande maioria desses conflitos está relacionada ao uso inadequado dos recursos da região, a exemplo da degradação dos manguezais e da pesca predatória.

A conclusão desta etapa forneceu os subsídios necessários à elaboração das medidas recomendadas, como sugestão de ações para o futuro Plano de Gestão da RESEX. E essas medidas visam o incentivo à criação de meios de geração de renda; a participação social; o investimento na capacitação dos sujeitos sociais envolvidos; a melhoria da comunicação e da difusão de informações entre as comunidades da RESEX, sobretudo as mais afastadas do centro da cidade; e o incremento das inter-relações e parcerias entre instituições do Conselho.

Portanto, a presente pesquisa salientou a importância de rever o modo de interpretação de conflitos socioambientais, assimilando-os como um aspecto inerente à vida em sociedade. A partir disso, a ideia de resolução de conflitos

socioambientais dá lugar à mediação, pois é justamente com o surgimento de embates, que são geradas novas alternativas de ação, dando origem a diferentes oportunidades de intervenção sobre a realidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro (Rio de Janeiro): Relume Dumará, 2004. p. 6-7.

BASTOS, M. S. C. B. Turismo de saúde: saberes e remédios caseiros para o desenvolvimento local na comunidade do Sossego/Marapanim-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

CANTO, O. Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Pará - Amazônia - Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

CANTO, O.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; ABREU, A.; MENEZES, J.; REBELO, C. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e gestão do território na RESEX Mãe Grande de Curuçá/PA. In: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P., SILVA, J. M. P. (Org.) Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

CANTO, O.; VASCONCELOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; NOVAES, T.; ABREU, A.; SOARES, D. A. S. Conflitos socioambientais e gestão do território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso

dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. v. 1, p. 87-114.

CANTO, O.; VASCONCELOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; FENZL, N.; BASTOS, R. Z.; TUPIASSU, L.; ABREU, A.; SANTOS, M. C. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e de gestão do território, na RESEX Marinha "Mestre Lucindo", Marapanim/PA. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P. (Org.) O Espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais. Belém: GAPTA/UFPA, 2020a.

CANTO, O. do. VASCONCELLOS SOBRINHO, M., VASCONCELLOS, A., FONSECA, L. IALIS, A. Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em unidades de conservação na zona costeira amazônica. REDES. 2020b, v. 3, p. 1.528-1.552.

Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA), 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/search/top?q=gpsa-amaz%C3%B4nias>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA), 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/search/top?q=gpsa-amaz%C3%B4nias>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará. Brasília: ICMBIO, 2014.

_____. Portaria nº 270, de 4 de abril de 2018. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará.

_____. Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Salgado Paraense, como um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (processo SEI n. 02070.001141/2020-01). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2020. p. 88.

LIMA, M. A. J. Uso de plantas medicinais na RESEX Marinha Mestre Lucindo: uma forma de diversificar a atividade extrativista local? Dissertação (Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 106f. 2018.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BARTHOLO JR, R.; MOTA, C. R.; BERNARDO, M.; KLINK, C. A.; NASCIMENTO, E. P.; LITTLE, P. E.; DRUMMOND, J. A.; FROTA, I.; VIANNA, J. N. S.; BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia

da territorialidade. UNB: Série Antropologia, 2002.

MARX; ENGELS. A Ideologia Alemã. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª edição, 2007. p. 13-21.

SANTOS, M. C. Conflitos socioambientais, desafios e possibilidades da gestão compartilhada: o caso da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, em Marapanim-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020a.

SANTOS, M. C.; CANTO, O.; BASTOS, R. Z.; FENZL, N.; TUPIASSU, L.; SOMBRA, D. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim – Pará – Amazônia – Brasil. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 3, p.15607- 15617, 2020b.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. In: Sociologia. Org.: Evaristo de Moraes Filho; [tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al.]. São Paulo: Ática, 1983.

SOMBRA, D.; CANTO, O.; CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N. Cartografia temática e cartografia participativa: contribuições para uma abordagem materialista do tripé ensino-pesquisa-extensão. Formação em psicologia social e sociologias insurgentes: tramas históricas em educação libertária, v. 16, p. 289-315, 2021.